



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LUIZ CARLOS DA SILVA COSTA

O ENSINO DE ARTE NOS ANOS INICIAIS: UMA VISÃO CRÍTICA E REFLEXIVA

**CAMPINA GRANDE – PB
2018**

LUIZ CARLOS DA SILVA COSTA

O ENSINO DE ARTE NOS ANOS INICIAIS: UMA VISÃO CRÍTICA E REFLEXIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Me. Cristina Sales Cruz.

**CAMPINA GRANDE – PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837e Costa, Luiz Carlos da Silva.
O ensino de arte nos anos iniciais [manuscrito]: uma visão crítica e reflexiva / Luiz Carlos da Silva Costa. - 2018.
38 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação: Profa. Ma. Cristina Sales Cruz, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Ensino de arte. 2. Ensino fundamental. 3. Educação no Brasil. I. Título

21. ed. CDD 372.5

LUIZ CARLOS DA SILVA COSTA

O ENSINO DE ARTE NOS ANOS INICIAIS: UMA VISÃO CRÍTICA E REFLEXIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 07/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Cristina Sales Cruz

Prof.^a Me. Cristina Sales Cruz (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Soraya Maria Barros de Almeida Brandão

Prof.^a Dr.^a Soraya Maria Barros de Almeida Brandão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Moura Montenegro

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Moura Montenegro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe, Maria Carmelita da Silva Costa, e meu pai, João Batista Costa (*in memoriam*). Pais exemplares a quem devo todo carinho e amor pelo cuidado e educação para a vida. É, sobretudo, com vocês que compartilho essa vitória, pois foi através de seus exemplos que aprendi o real significado das palavras superação, força, coragem, renúncia e fé, DEDICO.

A minha amada esposa Ana Paula, e querido filho Isaac Ângelo. Pela paciência e ajuda incondicional que tanto precisei na minha trajetória acadêmica, principalmente nos momentos em que estive ausente, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo seu infinito amor e misericórdia. Por nos permitir realizar nossos sonhos.

À professora Cristina Sales Cruz pela aprendizagem ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Às professoras Soraya Maria Barros de Almeida Brandão e Maria do Socorro Moura Montenegro do curso de Pedagogia, pelo empenho e ajuda.

A minha mãe Maria Carmelita da Silva Costa pelo carinho e ajuda incondicional na minha caminhada.

A minha amada esposa Paula e querido filho Isaac, pela compreensão e por estarem ao meu lado nos momentos bons e ruins que a vida nos proporciona.

Ao meu pai João Batista Costa (*in memoriam*), pela educação, amor e exemplo de vida.

Aos meus professores de Pedagogia, colegas de classe e familiares que contribuíram para que esse sonho se realizasse.

“O sentido da vida é um sentimento’. Assim, através da arte deixamos nossos sentimentos vibrarem ao apreciar uma arte, ou seja, a arte dá sentido a nossa vida”.

(Rubens Alves)

RESUMO

O Ensino de Arte no Brasil sempre se mostrou como um desafio a ser superado nas escolas e instituições de ensino. É fácil observar hoje muitas escolas distanciar ou excluir dos seus planejamentos a disciplina de Arte. A partir disso, é visível em muitas escolas a baixa qualidade deste ensino, e é mais preocupante ainda na fase dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I que é o alicerce e o ponto de partida para o aprofundamento dos vários conteúdos que se segue nos anos posteriores. Diante da realidade do Ensino de Arte em nossos dias, o presente trabalho se constitui de um estudo investigativo, de caráter qualitativo, no sentido não só de compreender as dificuldades do Ensino de Arte na escola, como apresentar discussões sobre o que os documentos oficiais apresentam de propostas para este ensino. Por estes motivos, o presente trabalho é fruto de pesquisa de dados bibliográficos de fontes como livros, artigos, e documentos da legislação educacional como Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com base também nas concepções de autores como Barbosa (1998), Frange (2001), Ferraz (2009) e outros. Com este trabalho pretendemos também não só suscitar o debate sobre o Ensino de Arte, como estimular os profissionais dos Anos Iniciais aos novos desafios em relação ao futuro da educação do Brasil, que implica diretamente no direito ao aprender e ao exercício da cidadania. A partir do estudo aqui apresentado, concluímos que são necessárias mudanças nas concepções do ensino e nas políticas educacionais que priorize a formação inicial e continuada dos professores.

Palavras-chaves: Arte. Ensino. Arte-Educação.

ABSTRACT

The teaching of Art in Brazil was always challenged to overcome in the schools and teaching institutions. It's easy to observe many schools distance or exclude from their plans the subject of Art today. From this, it's visible in many schools the low quality of this kind of teaching and it's more worrisome in beginner stages of Fundamental Teaching I, which is the foundation and the starting point to plunge deep in various contents which goes with the following years. In face of this reality, the teaching of Art nowadays, this work constitutes an investigative study of qualitative importance, the sense in not only to understand the hardships of teaching Art in schools, but to present discussions about official documents which present proposals to this kind of teaching. By this reason, the present article is the result of researches of bibliographical information from sources of books, articles and documents of educational legislature such as the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs), and Base Nacional Comum Curricular (BNCC) with foundation in the theories such as Barbosa (1998), Frange (2001), Ferraz (2009) and so on. It's also intended with this work not only to arouse a debate about the teaching of Art but stimulate professionals from beginner years to the new challenges in relation to the coming future of Brazilian education, which implies directly in the rights of learning and the exercise of citizenship. From the present study, it's concluded that changes are necessary in the teaching conceptions in educational politics which prioritize the initial and continuous formation of teachers.

Keywords: Teaching. Art Education. Arts.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	O ENSINO DE ARTE NO BRASIL.....	11
2.1	Sobre que Ensino de Arte está se falando.....	13
3	O ENSINO DE ARTE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	16
3.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	16
3.1.1	Parâmetros Curriculares Nacionais	20
3.1.2	Base Nacional Comum Curricular.....	22
4	O PAPEL DA ARTE NA EDUCAÇÃO	25
5	EDUCAÇÃO PELA ARTE: OBSTÁCULOS, LIMITES E SUPERAÇÃO	30
5.1	Refletindo sobre a formação docente.....	31
6	CONSIDERAÇÕES.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o Ensino de Arte no Brasil colaborou, de maneira formal ou informal para o crescimento profissional e social dos professores e alunos. Mas, diante dos desafios apresentados na contemporaneidade para a realização de uma educação de qualidade, este ensino tem caminhado a passos lentos. Entre os motivos que se apresentam estão: a falta de uma formação inicial e continuada mais ligada ao campo da arte, a criação e domínio de novos métodos pelos professores, a elaboração de livros didáticos contextualizados com a vida dos alunos, gerenciamento do componente pela escola, entre outros.

É fácil observar, hoje, muitas escolas distanciar ou excluir dos seus planejamentos a disciplina de Arte. Em outros casos, professores na sua prática, não dando uma aula de Arte durante um ano letivo. A partir disso, é visível, em muitas escolas, a baixa qualidade deste ensino, e é mais preocupante ainda na fase dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I que é o alicerce e o ponto de partida para o aprofundamento dos vários conteúdos que se segue nos anos posteriores.

Diante da realidade do Ensino de Arte em nossos dias, o presente trabalho se constitui de um estudo investigativo, de caráter qualitativo, no sentido não só de compreender as dificuldades do Ensino de Arte na escola, como apresentar discussões sobre o que os documentos oficiais apresentam de propostas para este ensino.

Para uma melhor compreensão sobre o tema aqui apresentado, foi necessário recorrer a alguns documentos da nossa legislação educacional, a exemplo das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e alguns autores como Barbosa (1998), Frange (2001), Ferraz (2009) e outros. Desse modo, o trabalho está organizado em quatro capítulos, no primeiro capítulo faz um resgate sobre o contexto histórico do surgimento do Ensino de Arte no currículo escolar no Brasil a partir do século XX. Ao mesmo tempo, reflete sobre as mudanças no ensino e sua importância na educação. O segundo capítulo apresenta o Ensino de Arte nos documentos oficiais. Mostra os marcos teóricos que contribuíram para a introdução do ensino desde a primeira versão da LDB acompanhado das mudanças nas leis. No mesmo capítulo é apresentado e discutido a Arte-Educação através do PCN, de Arte e da nova BNCC no sentido de despertar a importância da obrigatoriedade do componente no currículo escolar. O terceiro capítulo discute o papel da arte na educação, como ela tem contribuído na formação dos educandos e proporcionado novos aprendizados. O quarto

capítulo traz uma discussão sobre os obstáculos, limites e objetivos a serem alcançados para que se construa um ensino de qualidade.

Com este trabalho pretendemos não só suscitar o debate sobre o Ensino de Arte, como estimular os profissionais dos Anos Iniciais aos novos desafios em relação ao futuro da educação do Brasil, que implica diretamente no direito ao aprender e ao exercício da cidadania. Portanto, arte e educação são hoje termos indissociáveis, por esse motivo, tem sido o eixo central nos debates entre Arte-Educadores e outros especialistas no sentido de tornar visível o papel da arte na educação e apontar caminhos que levem a sua aplicação de maneira enriquecedora na formação dos educandos.

2 O ENSINO DE ARTE NO BRASIL

A educação através da Arte, segundo Barbosa (1989) foi uma proposta inicialmente criada em 1943 pelo crítico de arte Herbert Edward Read, na Inglaterra, que buscou superar a visão estereotipada do Ensino de Arte na sua época. Tanto Read como outros especialistas concordavam que através da livre-expressão e criatividade fortalecia-se a relação entre a arte e a educação. É importante destacar que no Brasil o projeto de uma educação com base única e padronizada sempre esteve extremamente ligado a diferentes marcos históricos, não é, portanto, uma ideia nova, data do início do século XX. Entretanto, ao longo das décadas o Ensino de Arte foi sendo estigmatizado por situações políticas e socioeconômicas pelas quais já passaram a nossa sociedade brasileira. Por este motivo, o ensino foi se tornando uma incógnita para muitos educadores, artistas, Arte-Educadores e outros profissionais que sempre lutaram em prol da valorização do componente de Arte no currículo das instituições de ensino.

É fato que o Ensino de Arte sempre correu o risco de ser excluído do currículo escolar, principalmente, no período ditatorial pós 64. Neste momento histórico, muitos educadores e envolvidos do campo da arte uniram-se em defesa da garantia e permanência do ensino da Arte na educação, na década de 80. Numa perspectiva histórica, o Ensino de Arte na escola tradicional ainda baseava-se em habilidades manuais, os chamados dons artísticos, dentro de uma visão imediatista da Arte onde se dava pouca importância às linguagens e a visão crítica dos conteúdos estudados. No passado, o Ensino de Arte era meramente técnico, centrado na figura do professor, que se preocupava apenas com a transferência de conhecimento e reprodução de modelos estéticos. Por isso, o Ensino de Arte não pode, hoje, assumir um caráter folclórico, cívico e de exaltação como era no passado, deve ser trabalhado dentro de uma nova visão, condizente com a realidade cultural dos nossos dias. Com muito esforço e conquista é que o campo da Arte foi quebrando paradigmas e conquistando novos espaços para a construção de um novo ensino no qual iremos ver através dos documentos oficiais norteadores.

O discurso que se apresenta em torno dessa temática mostra que o Ensino de Arte no Brasil ganhou proporções em uma fase emblemática, em momentos turbulentos em relação às interferências sociais e culturais que marcaram a década de 60, 70 e 80. Tem-se como marco histórico a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961, que objetivava, através do Ensino de Arte, a formação para o mundo do trabalho, preparando o profissional para a indústria, nas áreas de design gráfico, desenho

mecânico, dentre outros. Pouco tempo depois da sua implementação, se fez necessário à elaboração de um novo documento que atendesse as demandas do currículo com a finalidade de suprir as defasagens do ensino artístico. Só uma década depois, e com novas reformulações para a educação nacional, é que se elaborou um novo documento para LDB.

Com a LDB nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, o Ensino de Arte passou a ser disciplina obrigatória no currículo escolar, mas caminhando ainda com dificuldade. Como marco, no mesmo ano, temos a propagação das ideias do Movimento Escolinha de Arte (MEA) ancoradas nos princípios de educação de Read, que foi difundido por todo o país, com 32 escolinhas, a maioria delas particulares, oferecendo cursos de arte-educação para professores e artistas. Vale destacar, que segundo Barbosa (1989), foi de suma importância a contribuição da Escolinha de Arte do Brasil (EAB) fundada em 1948 no Rio de Janeiro, que recebeu influência da ceramista e escultora americana Margareth Spencer, e da Arte-Educadora Noêmia Varela e outros artistas brasileiros. A EAB colocava no centro do debate referente ao ensino, a questão voltada a livre expressão artística ligada ao teatro, dança, poesia, desenho e outras linguagens. Neste sentido, objetivava despertar e criar uma consciência de que se deveria preparar ainda mais o professor para os desafios da sala de aula, uma vez que, sua formação inicial se mostrava insuficiente.

De contrapartida, as atividades escolares no campo de ensino das Artes com base na LDB de 1971, fundamentava-se, ainda, na lógica das oficinas técnicas e em um fazer espontaneísta ligado à livre-expressão. Por isso, a contribuição da EAB, e do MEA foram de grande importância para o aprimoramento e para a estrutura de uma nova visão dos profissionais. A partir daí se buscou reformular o ensino para que este contemplasse o desenvolvimento da personalidade, do produzir, apreciar e contextualizar ligados à experimentação psicológica na educação em arte. Na visão de Frange (2001) uma década depois, em 1980, é que se vê uma retomada dos Arte-Educadores através dos movimentos, onde surgem novas experiências pedagógicas para debates com base em conceitos e metodologias de ensino, reflexões sobre concepções estéticas, entre outros.

Só em 1997, com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como documento orientador da prática educativa, é que houve uma mudança significativa em relação à qualidade do Ensino de Arte. O documento veio dotado de referenciais e orientações pedagógicas para subsidiar os sistemas educacionais favorecendo o diálogo bem como orientando os educadores por meio de novas normatizações de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina.

O PCN ainda está em uso, mas atualmente foi aprovado um novo documento

orientador da prática educativa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento que trás um novo projeto pautado e alinhado aos melhores modelos de educação no mundo. Neste, o ensino da Arte se apresenta como um projeto inovador, entretanto, na visão de muitos profissionais, é uma versão aprimorada dos PCNs com base em modelos internacionais de educação. A BNCC não trata de forma abrangente o pensamento dos teóricos da arte-educação, vista por muitos como um retrocesso. Busca-se, ainda nas escolas a superação cartesiana de ensino que tem como finalidade o exercício apenas da visão, da mão, inteligência, memorização, e senso moral.

2.1 Sobre que Ensino de Arte está se falando

Foi através das primeiras reformas do ensino que a Arte-Educação apareceu com maior intensidade. Nas décadas de 60 a 70 recebeu o nome de “Educação Artística” e foi incluída no currículo escolar como “atividade educativa” e não como disciplina. Isso criou um clima diferente e negativo em torno do ensino. A política de tratamento que se estendeu ao longo dos anos acarretou uma visão estereotipada, e por isso, até hoje o ensino é visto de maneira diferente por muitos e enfrenta resistência e barreiras em muitas instituições de ensino. No decorrer dos anos, muitos educadores negligenciaram esse ensino por ele ter sido apresentado no currículo como disciplina optativa. Para amenizar os impactos, “A partir dos anos 80 constitui-se o movimento Arte-Educação, inicialmente com a finalidade de conscientizar e organizar os profissionais, resultando na mobilização de grupos de professores de arte, tanto da educação formal como da informal” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 30).

Entre as discussões que se estendia estava à implementação da “Proposta Triangular” para o Ensino de Arte criada por Ana Mae Barbosa que consistia na integração entre o fazer, o apreciar e o contextualizar no Ensino das Artes. Muitas perguntas foram formuladas na época, entre elas estava: como se ensina e como se aprende arte? Os debates acalorados discutiam sobre a teoria e prática em Arte nas escolas brasileiras, a fragilidade na formação dos docentes, o descompasso entre a produção teórica e o acesso a ela, as visões estereotipadas sobre o ensino “[...] sem falar nas inúmeras visões preconcebidas que reduzem a atividade artística na escola a um verniz de superfície, que visa as comemorações de datas cívicas e enfeitar o cotidiano escolar” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 31). O movimento buscava, então, uma formula de elucidar o problema de estrutura.

A Arte-Educação não foi e nem tem sido suficientemente ensinada e aprendida pelas crianças dos Anos Iniciais de forma completa, segundo a visão de alguns Arte-Educadores, porque às vezes surgia como reprodução e não como reflexão na escolarização. Segundo Frange (2001, p. 45) “[...] arte-educação surge na tentativa de conectar Arte e Educação, por isso a razão do hífen e até mesmo no intuito de, com essa junção, resgatar as relações significativas entre Arte e Educação”. Barbosa (1989) afirma que, geralmente, apreciação artística e história da arte não tem lugar em muitas escolas. Por isso, só através do movimento dos Arte-Educadores é que se passou a enxergar o desenvolvimento artístico da criança como resultado da sua aprendizagem que não ocorre automaticamente, passando ser tarefa do professor construir através da instrução escolar.

Se vê que a educação que se dá pela arte não é apenas uma alternativa educativa, ela se confirma no realce do desenvolvimento da pessoa no seu todo, ligado à personalidade, sentidos físicos e sensoriais, criticidade, criatividade, expressividade, percepção, apreciação, imaginação, memorização no processo de formação da criança. Passa a ser segundo especialistas, “[...] um movimento educativo e cultural que busca a constituição de um ser humano completo, total, dentro dos moldes do pensamento idealista e democrático. Valorizando no ser humano os aspectos intelectuais, morais e estéticos” (FERRAZ; FUSARI, 2009, p. 17).

O mundo globalizado em que vivemos hoje está em constante transformação, devido a isso, a escola do século XXI tem enfrentado dificuldades na formação dos seus alunos, de educar o olhar para múltiplas situações que as novas mudanças nos impõem. O discurso que ainda se apresenta, muitas vezes, no cenário da educação pressupõe que o Ensino de Arte pode ser substituído por outra disciplina, e que esta não tem a mesma importância da leitura e da escrita, não recebendo assim o mesmo tratamento dado a elas. Contrário a esta visão, podemos ver que o Ensino de Arte está assegurado em vários documentos legais, a princípio, na LDB (1996), depois nos PCN de Arte (1997) e, atualmente na BNCC (2017), como veremos no capítulo referente a estes documentos.

Ressaltamos que a legislação educacional orienta que é direito dos alunos o acesso ao conhecimento artístico da nossa e de outras culturas, e dever da escola propiciar um ensino inovador, lúdico e livre de estereótipos. Aborda, também que se deve trabalhar nos Anos Iniciais as Artes Visuais, Dança, Teatro e Música de maneira construtiva e dinâmica. Que o professor deve proporcionar também, novos experimentos, com planejamentos laboriosos que objetivem a transformação da criança pelo desenho, modelagem, colagem, pintura, e materiais diversos como variados tipos de papeis, madeiras, colas, pigmentos, tecidos, argila, areia e

outros. Veremos mais a frente que as políticas educacionais orientam as escolas a desenvolverem dentro da sua realidade um ensino inovador, dando mais importância ao processo de formação dos educandos.

3 O ENSINO DE ARTE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

As exigências da nossa legislação educacional para condições específicas do Ensino de Arte no Brasil passaram por diversas transformações ao longo de décadas para que pudéssemos hoje usufruir de moderados resultados. Para que o Ensino de Arte ocupasse um lugar específico e de destaque no currículo nacional, foi preciso, anteriormente, de uma sucessão de embates e discursos calorosos em torno deste tema. Em outras palavras, não foi uma conquista fácil. Os avanços do ensino se deram em diferentes momentos ao longo do século XX. Contou com a colaboração de vários movimentos artísticos, pesquisadores, críticos de arte, Arte-Educadores, artistas, intelectuais, acadêmicos e outros. Buscava-se mostrar através de debates, a importância da Arte-Educação na construção e formação humana. A princípio, zelava-se por uma educação artística que propiciasse aos educandos conhecimento em arte de forma a garantir-lhes o conhecer, o aprender, o apreciar, o expressar-se, reconhecendo os educandos como sujeitos produtores de cultura. Partindo deste pressuposto, o Ensino de Arte passou a fazer parte das políticas educacional bem como da legislação oficial, sendo apresentada na forma de leis, parâmetros e diretrizes como será mostrado mais adiante.

3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Entre os documentos que compõem nossa legislação e que faz referência ao Ensino de Arte, temos a Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que surgiu da necessidade de reformular a educação nacional, fomentando diretrizes e propondo um currículo base de maneira a melhorar o processo formativo em nosso país. Implantada em 20 de dezembro de 1996, a LDB tornou-se um dos documentos mais importantes da nossa legislação educacional, por se tratar sobre diretrizes e bases com o propósito de reformar o ensino à luz da Constituição Federal (CF). Apesar de já ter havido outras versões deste documento como a LDB Lei nº 4.024, de 20 dezembro de 1961 e a LDB Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Os documentos descritivamente além de serem de base liberal tecnicista, visavam uma educação artística “optativa” em detrimento de conteúdos considerados dispensáveis.

Entretanto, a versão atual, assumiu um caráter mais norteador por estar mais atrelada a Carta Magna de 1988 no sentido da valorização da cultura, pois se ver disposto no art. 215 da

CF que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, p. 64). A nova LDB tem um diferencial que a distingue das demais, caracteriza-se por ser mais flexível e democrática, por tratar a educação como um todo, e isso se vê nas entrelinhas dos seus artigos. Por ser abrangente, a LDB tornou-se um viés indispensável da normatização para o ensino-aprendizagem nacional, visando o pleno desenvolvimento dos sujeitos nos mais variados seguimentos da educação na qual se faz presente. Nela estão elencados de maneira organizada e sistemática os elementos estruturadores em forma de diretrizes tanto para o Ensino Básico como Ensino Superior, bem como os direitos e deveres a serem cumpridos a rigor nas instituições de ensino no país. Portanto, a partir da análise deste documento mostraremos a importância do ensino da arte na formação dos alunos nos anos iniciais.

Ressaltamos que a leitura e análise da LDB são indispensáveis a todos os profissionais da educação, no sentido de orientar para uma educação de qualidade. Se atentarmos para a garantia do ensino e o acesso a todos de forma democrática tratados nos princípios e fins da educação nacional na LDB, veremos que o objetivo maior é de igualar esse direito em todo território nacional.

Logo, ninguém pode ser impedido ao acesso ao ensino, independente de sua classe social ou fatores econômicos, por sua cor ou etnia, orientação sexual, sua idade, para que se prevaleça à igualdade de condições a todos. Por isso, hoje, as escolas devem continuar tendo como referência este documento no dever de estarem atentas às obrigatoriedades, para que não haja violação de direitos e negligência nas suas ações no que se refere ao atendimento aos seus educandos, na aplicação do currículo, no planejamento das disciplinas, na elaboração de aulas.

O Ensino da Arte possibilita que a nossa “cultura” encontre meios mais alicerçados de se preservar, reinventar e dialogar com outras culturas. Diante disso, promover uma educação pela arte possibilita fortalecer os processos de aprendizagens que vão além do conhecimento do mundo das letras e dos números, até porque pode se estudar bem com as outras disciplinas do currículo e cria canais para uma melhor compreensão dos conteúdos estudados.

A importância do Ensino da Arte encontra respaldo no art. 3.º, inciso II da LDB, que diz que se deve usufruir a “liberdade de *aprender*, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento a *arte* e o saber” (BRASIL, 1996, *grifo nosso*). Deste modo, os documentos oficiais, delega às escolas responsabilidades por ser ela o viés mais importante do processo educativo. Compreender que o dever de educar vai além das barreiras burocráticas de ensino e

da relação Estado e escolas é o passo inicial para a construção de uma sociedade mais democrática com a participação de todos, pois a educação deve atingir “[...] níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e *criação artística*, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1996, *grifo nosso*). Por isso, cabe também aos docentes incumbir-se de zelar de maneira construtiva pela aprendizagem dos alunos, potencializando as capacidades cognitivas e físicas e, ao mesmo tempo, promovendo novos conhecimentos de forma emancipatória e criativa. Para melhor entendimento, as palavras “cultura” e “arte” surgem na LDB, geralmente, no sentido de buscar despertar a valorização desta, atrelada ao Ensino de Arte na qual são validados pelos professores. Vale salientar que ambos os termos contribuem para construção da identidade de um povo, que se dá de maneiras diversas, através dos movimentos artísticos, costumes, ritos, festas, tradições e outros.

Embora, os alunos antes de estudar arte e seus conhecimentos de maneira formal já tenha mantido contatos com ela na sua vivência e atuação social, se fez necessário conduzi-los a novos saberes que desperte o apreciar, o refletir e o fazer arte, embora o Ensino de Arte mesmo que não tenha, em caráter especial, a formação de artistas. Através dele que os educandos adentrarão e passarão a conhecer melhor sua cultura. Como garantia disto, vê-se no § 2.º do art. 26 da LDB que “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá *componente curricular obrigatório* nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996, *grifo nosso*). Redação dada pela Lei nº. 12.287, de 13 de julho de 2010 que foi alterada posteriormente pela Medida Provisória nº. 746, de 22 de setembro de 2016, e convertida na Lei nº 13.415, de 2017.

O Ensino de Arte assume, então, roupagem de componente obrigatório como parte integrante do currículo da educação básica, embora antes fosse disciplina optativa. Logo, a omissão do componente no planejamento da Educação Infantil ao Ensino Médio denotará violação ou transgressão da lei em vigor. A observância e o acompanhamento dos gestores ao componente de arte passam a ser a partir daí uma constante para que se cumpram as exigências atribuídas. Vale destacar que, desta forma, o Ensino de Arte passa a ser de maneira comparativa, tão importante quanto qualquer outro componente do currículo. Por muito tempo existiu uma hierarquização das disciplinas no currículo escolar onde Português e Matemática eram vistos como as mais importantes. Desta forma, a educação pela Arte é tão importante quanto às demais no que se refere ao ensino aprendizagem e a formação. Pois é uma área que contempla saberes necessários ao desenvolvimento dos sujeitos em qualquer idade.

Vale ressaltar, que a redação dada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 incluiu a obrigatoriedade do Ensino de Arte também na Educação Infantil onde não fazia parte na legislação anterior e substituiu a palavra “clientela” por “educando”. E nos Anos Iniciais o ensino torna-se de suma importância no desenvolvimento psicomotor das crianças por trabalhar de forma dinâmica e abrangente as múltiplas linguagens, pois como assevera o § 6.º do art. 26 da nova LDB, “As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as *linguagens* que constituirão o componente curricular de que trata o § 2.º deste artigo” (BRASIL, 1996, *grifo nosso*). Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016.

As especificidades da educação pela arte não só dá sentido a existência humana como contempla a experiência através de múltiplas linguagens em especial pela sensibilidade. Será que a criança poderá construir um texto a partir de um desenho, pintura ou escultura? Criar estratégias e lógica de criação e manifestação artística? Se expressar através da dança do teatro, aprender a centralizar, dar profundidade, ângulo, volume e cores a um desenho em uma folha plana? São neste caso, alguns atributos necessários a se trabalhar em sala de aula onde as crianças se apresentam como geniais criadoras.

Vemos, portanto a necessidade de uma boa formação para que se possa executar um trabalho de qualidade em sala de aula. O Ensino de Arte nos Anos Iniciais passa a exigir uma compreensão que vai além da leitura e escrita da palavra para que se possa trabalhar melhor os sentidos e a sensibilidade dos alunos. As atividades para esse propósito passam a ser uma constante no cotidiano escolar subsidiada pelas linguagens gestuais, musicais e visuais. Nessa perspectiva, a formação através deste ensino terá como pressuposto inicial a construção de cidadãos que dialoga com seu meio artístico, que interpreta gestos, que ler imagens e formas, que vivencia contextos, identifica sons, reflete sobre a cultura, se sensibiliza com o outro, constrói conhecimento e se emancipa através do processo educativo.

Proporcionar um ensino de qualidade ligado as artes nos Anos Iniciais como assevera a LDB torna o processo educação mais atrativo, lúdico e dinâmico, já que nesta etapa de escolarização a clientela é constituída por criança. Mediante, as transformações rápidas do cotidiano decorrente do mundo globalizado em que vivemos, não há como os professores se limitarem ainda apenas ao livro didático, lápis e papel, dispomos hoje de uma vasta gama de recursos materiais e tecnológicos que podem ser usados para melhorar a educação e obter melhores resultados.

Observamos que a LDB democratizou o Ensino de Arte no país e possibilitou seu desenvolvimento de forma a contemplar a propagação da nossa arte e cultura pelo viés da educação. Assim, os alunos conhecem melhor a sua cultura e a cultura de outros povos

ampliando sua visão de mundo, aproximando-os das mais variadas produções e manifestações artísticas que fizeram história. O ensino, por sua vez, passou a fomentar ainda mais a inclusão dos sujeitos fazendo-os enxergarem realidades diferentes a partir de estudos crítico-reflexivo do produzir, apreciar e contextualizar. Relatar e discutir as modificações na legislação no sentido de aprimoramento do Ensino de Arte a partir da LDB até o presente momento é buscar solucionar questões de fortalecimento e melhoramento da educação nos dias atuais.

3.1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais

Outro documento orientador da prática educativa do Ensino de Arte é o PCNs, idealizado pelo Governo Federal e elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Surge em 1997 na forma de documento dotado de referenciais e orientações pedagógicas para subsidiar os sistemas educacionais favorecendo o diálogo bem como orientando os educadores por meio de novas normatizações de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina. Surgiu com a função de contribuir com as políticas e programas educacionais. Se mostra também como proposta aberta e flexiva e ao mesmo tempo não obrigatória tanto para rede pública, como a rede privada de ensino.

Os PCNs, em geral, representam uma orientação ao ensino de forma a favorecer a temática da cidadania e aprendizagem a partir da vida cotidiana dos educandos. A aquisição dos saberes do ensino aplicado a realidade das escolas como perspectiva interdisciplinar inovadora. A utilização do fascículo de Arte dos PCNs é usado até hoje pelos professores, gestores, coordenadores, técnicos e outros profissionais, que mostra ainda ser de grande utilidade e de objetivos distintos uma vez que os mesmo pode ser utilizado para consultas, elaboração de projetos, planejamentos, avaliações, anotações, discursões e pesquisas pedagógicas.

Os referenciais e orientações surgiram como grande aliado na transformação de objetivos, conteúdos e didática de ensino, garantindo aos educandos o direito de conhecimentos necessários ao exercício da sua cidadania. Busca-se, portanto, a equidade e aprendizagem através da garantia dos conteúdos básicos através do ensino considerando os contextos nos quais os educandos estão inseridos. Os PCNs, atualmente, é ainda um documento usado nas discussões pedagógicas internas de muitas escolas. Desde seu lançamento serviu de base para livros e outros materiais didáticos, para avaliações utilizadas

pelos sistemas educacionais, tendo função de referencial, de renovação e reelaboração da proposta curricular das escolas em todo país.

O documento aponta metas de qualidade que ajudam o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, levando-os a conhecer seus direitos e deveres. No que se refere a arte que é objeto do nosso estudo, o documento a ela reservado trás, dentre outros objetivos

compreender a cidadania como participação social e política bem como que o aluno consiga, ou seja, capaz de posiciona-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais; conhecer e valorizar a pluralidade sociocultural brasileira e de outros povos; desenvolver capacidades afetivas, cognitiva, estética, de inter-relação pessoal; desenvolver diferentes linguagens, não verbal, plástica e corporal para expressar e comunicar idéias e pensamentos, questionando a realidade e formulando problemas, criatividade, intuição, análise crítica etc. (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 18).

Os PCNs advoga que a educação em arte deve propiciar não só o desenvolvimento do pensamento artístico dos educandos, mas que eles aprendam a utilizar diversos materiais artísticos e construa “bons” trabalhos e consigam apreciar e refletir sobre eles, sobre as formas da natureza a partir das observações e sobre as produções artísticas individuais e coletivas, brasileira e de outras culturas, no que se refere ao ensino/aprendizagem deste documento.

O documento fomenta o trabalho com linguagens divididos em 4 eixos temáticos como Arte Visuais, Dança, Música e Teatro sendo o sustentáculo da caracterização da área de Arte. Mostra de forma convincente que o Ensino de Arte no processo de ensino aprendizagem é tão importante quanto à dos outros conhecimentos trabalhados pelo currículo escolar onde por sua vez se relaciona de forma transdisciplinar com as demais áreas. Diferentemente dos pré-julgamentos equivocados que já foram feitos a respeito do Ensino de Arte no Brasil sobre sua validade e importância nas discussões das reformas educacionais, a sua contribuição no que diz respeito à formação é de suma importância.

Por exemplo, o aluno que conhece arte pode estabelecer relações mais amplas quando estuda um determinado período histórico. Um aluno que exercita continuamente sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 19).

Se vê, a partir daí, que o que devemos ter em mente que a educação em arte é uma importante ferramenta que conduz ao desenvolvimento não só do pensamento artístico e

estético dos educandos, mas pode despertar neles, a sensibilidade, percepção, imaginação e outras potencialidades. Estudos recentes mostram que ao conhecer o legado artístico de outras culturas, o aluno amplia sua visão de valores e de identidade que, cada povo possui, atribuindo novos sentidos aos seus conhecimentos em relação à diversidade humana, comparando os elementos estudados a sua realidade. No sentido mais amplo da questão deste ensino, percebe-se que o conhecimento em artes possibilita também, de alguma forma, o surgimento de profissionais para o mundo do trabalho, tanto para a indústria cinematográfica como também para o mercado da música e das artes visuais.

Para que o Ensino de Arte alcance bons resultados, faz-se necessário uma visão atenta e crítica dos seus aplicadores, a escuta e os demais sentidos dos educandos como portas de entrada para uma compreensão mais significativa dos conteúdos estudados e das questões sociais abordadas. É através da educação pela arte e do seu ensino crítico reflexivo que se poderá transformar os sujeitos e seu mundo de maneira que os tornem autores participativos de uma sociedade mais democrática em construção. A arte permite ao aluno, tanto comunicação com o mundo além da oralidade e escrita, como a tornará possível através dos sentidos, para que o sujeito consiga uma educação artística de qualidade, do contrário, ele não conseguirá apropriar de novos conhecimentos, e com isso terá sua leitura de mundo minimizado em relação as formas, gestos, luzes, sons e cores.

3.1.2 Base Nacional Comum Curricular

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em dezembro de 2017, é um documento que traz um novo projeto pautado e alinhado aos melhores modelos de educação no mundo. Foi elaborado pelos especialistas e com a participação da sociedade civil e dos profissionais da área da educação de todo o país através de audiências públicas. A BNCC é prevista na CF 1988, LDB 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, por isso é reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) é um documento plural e contemporâneo que contempla o exercício da democracia pelo viés da educação. A proposta pedagógica que se apresenta bem como o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis aos educandos quer das instituições públicas ou privadas, torna-se obrigatórias nas etapas da Educação Básica com a colaboração da reformulação dos currículos. Trata-se da implementação de uma política de educação articulada e integrada a promoção do pleno respeito a diversidade, a pluralidade, as

diferenças, ao desenvolvimento pleno dos sujeitos, a redução das desigualdades, promoção da equidade, qualidade das aprendizagens de forma participativa e democrática.

A nova BNCC, enquanto documento normativo, assegura através do ensino o desenvolvimento das competências na construção de uma sociedade mais humana e justa, isso pela afirmação de valores, conceitos e procedimentos. Concomitantemente, visa o desenvolvimento humano global, em suas dimensões efetivas, físicas, social, intelectual, moral e simbólica. Indica e orienta ações pedagógicas escolares com base no desenvolvimento de competências como elementos de aprendizagens. Diante do novo cenário mundial que se apresenta, busca-se a construção de sujeitos que se reconheçam histórico e culturalmente participante de uma sociedade plural. Passa a ser prioridade a formação de alunos criativos, abertos ao novo, produtivo e responsável, que resolva problemas, seja autônomo, tolerante e que saiba conviver e aprender com as diferenças e a diversidade.

Veremos que a BNCC propõe as escolas que trabalhem as linguagens artísticas em uma nova perspectiva para que os educandos possam se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos. Mais o que, há realmente, de novo na BNCC, notadamente, para o Ensino de Arte? Uma delas é o desenvolvimento de dez competências através do ensino, no sentido de aprimorar a formação dos alunos.

Pela BNCC percebe-se que através do Ensino de Arte o ato de criação artística vai além da representação mimética dos objetos ou dos fatos observados. Isso porque a arte é produtora de conhecimento de acordo com sua natureza fenomenológica, pois possui um campo de pesquisa autônomo e crítico. Entre as concepções que se apresenta sobre seu objeto, sugere-se cada vez mais o aperfeiçoamento do componente para melhores abordagens que contemple o ensino-aprendizagem ligado a construção do conhecimento estético e cultural. Segundo o documento, a criança deve conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas. Por esses motivos, o documento trata das competências e diretrizes que são básicos e comuns de maneira aberta e pronta a dialogar com os Estados e municípios, de modo a assegurar as mudanças da educação nas escolas de todo o país, assumindo, também, compromisso com a Educação Integral.

As orientações para o Ensino de Arte surge com objetivos claros e preocupado com o que o aluno deve saber, ou melhor, o que deve saber fazer com base em atitudes, valores, habilidades para resolver as demandas da vida. O Ensino de Arte na BNCC vem agrupado na área de linguagens, e nos Anos Iniciais se estrutura possibilitando trabalhar através de três eixos sequenciais, “unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades”.

Para isso, busca a valorização de situações lúdicas de aprendizagem, fazendo articulação com as experiências vivenciadas a partir da Educação Infantil. Para que o novo projeto de ensino possa atingir bons resultados a BNCC assim como o PCN de Arte, sintetiza e fomenta que o componente de Arte esteja centrado nas linguagens das Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Busca-se envolver a prática de criar, o estímulo a leitura, produzir, exteriorizar, construir e refletir sobre as formas que permeiam o campo artístico. Não basta, apenas, apresentar o que é arte para os alunos, “A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores” (BRASIL, 2017. p. 191).

O componente deve segundo a BNCC, possibilitar a participação dos alunos em saraus, espetáculos, concertos, recitais, exposições, performances, visita a museus, instalações, eventos culturais e artísticos em diversos locais. Permitir o uso de diversos materiais como tintas, lápis, pinceis, papéis, tecidos, argilas, massas, colas, telas, se expressar, criar e representar o mundo em sua volta, interagindo diretamente com a arte e com a cultura. O documento ainda propõe que as linguagens estejam articuladas às “seis dimensões do conhecimento” com destaque a criação, crítica, expressão, fruição, reflexão.

Deste modo, nos Anos Iniciais, a orientação curricular se estrutura por campos de experiência assegurando aos alunos experiência e vivência artística através das interações com o outro e com o mundo de acordo com as competências. O componente propicia ainda o desenvolvimento da aprendizagem da linguagem verbal e linguagem não verbal. Percebemos ainda, a ampliação da concepção de ensino apresentado, o novo documento não se apropria do discurso proposto pelos Arte-Educadores na perspectiva de elucidar os desafios que se apresentam na contemporaneidade. Percebe-se ainda que o texto direcionado ao Ensino de Arte, além de curto, se apresenta separado da visão dos grandes teóricos, se distanciando ainda mais dos pressupostos teóricos que fundamentaram a razão da educação pela arte. A política de ensino apresentada pela BNCC e embasada em realidades de outras nacionalidades de nível educacional elevado, talvez não seja a peça que esteja faltando pra que se construa um Ensino de Arte significativo e de qualidade em nosso país, uma vez que vivemos realidades diferentes, a partir da multiculturalidade do nosso povo.

4 O PAPEL DA ARTE NA EDUCAÇÃO

É por meio do Ensino de Arte que temos mais acesso aos primeiros registros históricos feito pelo homem como desenhos e pinturas da pré-história. Os artefatos e registros artísticos até hoje descoberto pela ciência, em especial pela arqueologia, enobrece os livros didáticos de arte e conduzem a novos aprendizados a cada ano. “Ciência e arte são, assim, produtos que expressam as representações imaginárias das distintas culturas, que se renovam através dos tempos, construindo o percurso da história humana” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 33). Entender esses documentos e as manifestações em períodos posteriores torna o Ensino de Arte instigante e prazeroso. O Ensino de Arte contribui para o desenvolvimento da criança com destaque no processo criador, estético e cultural, fundamentado no conhecimento epistemológico do campo da antropologia, filosofia, psicologia e de outras áreas do saber. Por isso, os Arte-Educadores defendem a orientação de um ensino diferenciado que conduza a livre expressão, produção e fruição mostrando que “[...] conhecer é também maravilhar-se, divertir-se, brincar com o desconhecido, arriscar hipóteses ousadas, trabalhar duro, esforçar-se e alegrar-se com descobertas” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 35).

O ensino no início do século XX recebeu grande contribuição de autores como Herbert Read e Viktor Lowenfeld, a partir disto se tornou aberto à manifestação espontânea da criança, distanciada das práticas tradicionais e técnicas. Nas discussões destes teóricos da arte foi criado o lema do “aprender a fazer, fazendo” não de forma mecânica ou apenas deixar fazer sem nenhuma mediação ou intervenção do educador. As contribuições que o campo da educação vem se apropriando, manifesta uma necessidade urgente de formular novos paradigmas no sentido de superar tabus no Ensino de Arte.

O PCN de Arte descreve que é necessária a preservação da cultura, do legado histórico artístico, ao mesmo tempo mostra que o conhecimento é produto cultural de uma determinada época, em forma de criação singular da imaginação humana. O arcabouço teórico da Arte em relação ao ensino revela que não existe certo e errado em arte já que, “O artista faz com que dois e dois possam ser cinco, uma árvore possa ser azul, uma tartaruga possa voar. A arte não representa ou reflete a realidade, ela é realidade percebida de um outro ponto de vista” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 37).

Sobre o Ensino de Arte um dos seus objetivos, apresentado no PCN, é trabalhar as linguagens na perspectiva das Artes Visuais, Teatro, Dança e Música de forma interdisciplinar o que pode possibilitar as crianças avançarem nos demais componentes do currículo dos Anos

Iniciais. As propostas pedagógicas com base nos conteúdos de Arte apoiam o trabalho docente em direção a um ensino inovador uma vez que desperta nos alunos a vontade de aprender, de experimentar e de produzir de forma prazerosa. O ensino promove o uso das linguagens na vida cotidiana dos educandos, até porque a imaginação criadora permite ao ser humano conceber situações, fatos, ideias e sentimentos que se realizam como imagens internas, a partir da linguagem e será através delas que muitos dialogarão com o mundo. Neste sentido, passa a valer a capacidade de formar imagens, de interpretá-las, de representá-las ou de afirmá-las, tornando possível a evolução do homem social e o desenvolvimento da criança na escola. Neste sentido, os PCNs de Arte afirma que a faculdade imaginativa passa a ser a raiz de qualquer processo de conhecimento, seja científico artístico ou técnico.

O estudo da arte na escola contemplará, portanto, “[...] recursos pessoais, habilidades, pesquisa de materiais e técnicas, a relação entre perceber, imaginar e realizar um trabalho de arte; a experiência de fruir formas artísticas, utilizando informações e qualidades perceptivas e imaginativas” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 43). E, ao fazer ou conhecer arte os alunos percorrem trajetórias iguais ou distintas de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo e sobre suas formas de enxergá-lo. Aprender arte vai além de mera atividade de produção artística feita pelos alunos de forma improvisada e sem planejamento; deve ser a conquista da ampliação dos sentidos conduzidos pelo desenvolvimento da percepção estética.

A apreensão significativa dos conteúdos da Arte pelo educando conduzido pela reflexão, curiosidade, flexibilidade, interação e emoção serve de elo de ligação para o desenvolvimento de competências, uma vez que, conserva e desenvolve o uso da percepção, observação, concentração, imaginação, sensibilidade e experiência poética. Com isso, o objeto artístico como produção cultural de conhecimento e de documento imaginário humano e de historicidade surge como importante pressuposto na construção de sujeitos culturalmente participativos, no sentido da transformação do ser humano pela arte. Como assevera o PCN

A arte é um modo privilegiado de conhecimento e aproximação entre indivíduos de culturas distintas, pois favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças expressas nos produtos artísticos e concepções estéticas, num plano que vai além do discurso verbal [...] (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 45).

Embora muitos considerem este PCNs obsoleto e superado pelo modelo de educação atual, ainda está em uso para muitos que estão em sala de aula. Vale destacar que ele será substituído pela nova BNCC, discutida anteriormente. Enquanto a mudança não se concretiza

se vê que o arcabouço teórico do documento ainda é o orientador do Ensino de Arte nos Anos Iniciais. Acreditamos que ensinar Arte em consonância com os modos de aprendizagens de cada aluno facilita seu entendimento, de modo que a escola, por sua vez, poderá proporcionar isto garantindo nos seus planos de aula ações que contemplem informações sobre a produção histórica e social da arte, possibilitando ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas, realizadas em ações individuais ou em grupo. Deve-se buscar condições para que os educandos possam aprender com sentido e prazer, associando à compreensão mais clara daquilo que é ensinado.

Ensinar arte fazendo Arte com as crianças é o caminho mais eficaz para aprendizagem mais compreensiva dos seus conteúdos. Do ponto de vista do PCN, o aluno, em situações de aprendizagem, precisa ser convidado a se exercitar nas práticas de aprender a ver imagens, observar, ouvir, atuar, tocar e refletir sobre essas impressões, não podendo ser, apenas, um sujeito passivo do processo. Os Anos Iniciais configura-se momento escolar especial na vida dos educandos, já que nesta fase se aproximam mais das questões do universo adulto. O ensino nesta fase tem como objetivo, segundo o PCN, o de

buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, dispositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas) [...]” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 54).

Os PCNs ainda orienta que os conteúdos de arte neste segmento do ensino conduzam para a elaboração de novas formas de apresentação para as Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, no conjunto, procurar promover a formação artística e estética do aprendiz de maneira construtiva e libertadora. A forma como o conjunto de conteúdos deve ser organizada no currículo dos Anos Iniciais, de modo a estabelecer melhor articulação dentro do contexto de ensino e aprendizagem com base em três eixos norteadores, como a produção, a fruição e a reflexão, onde

A *produção* refere-se ao fazer artístico e ao conjunto de questões a ele relacionadas, no âmbito do fazer do aluno e dos produtores sociais de arte. A *fruição* refere-se à apreciação significativa de arte e do universo a ele relacionado. Tal ação contempla a fruição da produção dos alunos e da produção histórico-social em sua diversidade. A *reflexão* refere-se à construção de conhecimento sobre o trabalho artístico pessoal, dos colegas e sobre a arte como produto da história e da multiplicidade das culturas humanas, com ênfase na formação cultivada do cidadão (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 56, *grifo nosso*).

No eixo das Artes Visuais enquanto expressão e comunicação, possibilita, trabalhar arquitetura, ligando aos conteúdos do desenho, pintura, colagem, escultura, gravura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, histórias em quadrinhos, produções informatizadas, (relações entre ponto, linha, plano, cor, textura, forma, volume, luz, ritmo, movimento, equilíbrio) experimentação, utilização e pesquisa de materiais e técnicas artísticas (pinceis, lápis, giz de cera, papeis, tintas, argila, goivas).

A Dança permite trabalhar a motricidade e variados tipos de movimentos onde a criança desenvolve capacidades intelectuais e físicas, exercita a atenção e a percepção, colaboração e socialização, solidariedade e integração, expressão, comunicação, criação, ludicidade, imagem corporal e identidade, desenvolvimento motor, permitindo reconhecer ritmos, explorar o espaço, trabalhar a sensibilidade e capacidade analítica, desenvolver seu olhar e fruição.

Conteúdos ligados a Música serão trabalhados associados às tradições e as culturas locais, nacional e internacional de cada época, dando ênfase aos movimentos culturais, referências musicais, escuta simultânea das produções, englobando sempre na proposta de ensino, que se contemple a diversidade musical, apreciação e produção. Neste sentido, o educando desenvolverá habilidades e competências para identificar voz, instrumento, materiais sonoros, eletrônicos, duração, altura, timbre e intensidade, compor música combinando outras linguagens, expressar-se através da música. Os estudos deste se apresenta como oportunidade para o desenvolvimento de uma inteligência musical que contempla a precisão do som, sua afinação, ritmo, percepção, simultaneidade estudo do sistema modal, tonal das culturas locais. Nessa perspectiva, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes participativos, podendo, formar amadores talentosos ou músicos profissionais.

Quanto ao Teatro, os PCNs orienta que seja abordado como espaço cênico organizado, desde as grandes civilizações, contextualizando como demonstração de cultura e conhecimento dos dias atuais, onde o corpo, a fala e o gesto se mostra como expressão e comunicação através da dramatização. O teatro surge no ensino como fundamento da experiência de vida ao mesmo tempo em que representa ideias, conhecimentos e sentimentos. E será na escola que a criança potencializará suas capacidades de teatralidade de forma espontânea vivenciada nos jogos de faz-de-conta que envolve imaginação, percepção, emoção, intuição, memória, raciocínio. Cabe, também ao educador “Levar para o aluno textos dramáticos e fatos da evolução do teatro são importantes para que ele adquira uma visão

histórica e contextualizada em que possa referenciar o seu próprio fazer” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 86).

Em relação a avaliação do ensino-aprendizagem em arte, ela surge para mensurar o nível de conhecimentos dos alunos, uma vez que se considera o modo de ensinar os conteúdos que estão em jogo nas situações de aprendizagem. A avaliação no Ensino de Arte até aqui não seguia o mesmo rigor das demais disciplinas. No transcorrer dos Anos Iniciais espera-se apenas que os alunos, de alguma forma e progressivamente, adquiram competências de sensibilidade e de cognição nas linguagens em Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, para que possam exercer sua cidadania cultural com qualidade. É a avaliação que registrará que os objetivos do Ensino de Arte foram alcançados com sucesso observando se a criança consegue criar formas artísticas demonstrando algum tipo de capacidade ou habilidade, consegue estabelecer relações com o trabalho de arte produzido por ela e por outras pessoas sem discriminações estéticas. A avaliação em Arte constitui uma importante situação de aprendizagem em que o aluno pode verificar não só o que aprendeu, como o professor pode retrabalhar com os conteúdos e avaliar como ensinou e o que seus alunos aprenderam. “Portanto, a avaliação também leva o professor a avaliar-se como criador de estratégias de ensino e de orientações didáticas” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 101).

Quanto à didática do Ensino de Arte, vale ressaltar que ela tem-se manifestado geralmente em duas tendências: uma voltada a exercícios de repetição ou a imitação mecânica de modelos prontos usado na educação tradicionalista, e a outra, que trata de atividades somente auto-estimulantes usadas na educação construtivista. Nesta última, o professor é visto como inventor de formas de apreciação da arte, acolhedor de materiais, formulador de ideias, descobridor de propostas e, reconhecedor do ritmo artístico dos alunos.

5 EDUCAÇÃO PELA ARTE: OBSTÁCULOS, LIMITES E SUPERAÇÃO

Vimos até aqui que o espaço que os conteúdos de Arte ocupam no currículo da Educação Básica hoje, além de pequeno se estreita ainda mais na sua aplicação em sala de aula. Isso se confirma na observação dos conteúdos ministrados por algumas escolas, onde geralmente são insuficientes ao aprofundamento das linguagens artísticas. A maioria dos professores do 1º ao 5º ano ministra a aula de arte muitas vezes de forma limitada, afirmando não adotar o Livro Didático de Arte nem planejar suas aulas. Neste sentido, deve-se levar em conta que a arte na escola se dá de forma representacional dos sentidos, transmite significados que não pode ser reproduzido de outra forma ou por outra disciplina, isso porque, “[...] através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças” (BARBOSA, 1998, p. 16).

Os Arte-Educadores do Brasil têm enfrentado grandes dificuldades de estabelecer uma coerência entre o real sentido do Ensino das artes e o que propõe o currículo no sentido de melhorar a qualidade deste ensino. Os Arte-Educadores objetivam também despertar o interesse da comunidade escolar para as novas formas do fazer artístico em sala de aula, quer de forma multidisciplinar, interdisciplinar ou por ciclos de interesses, propondo um modelo de aula que envolva saberes construtivos próximos da realidade do aluno e do currículo escolar. Outra problemática que envolve o Ensino de Arte é o uso do seu tempo em relação as outras disciplinas. Ocorre que, em muitas escolas, essa prática tem sido uma regra. Com isso, não só é violado o direito da criança aprender como também retarda seu desenvolvimento em compreender como se dá as formas, movimento e espaço no mundo.

A baixa qualidade do Ensino de Arte nos Anos Iniciais é um fator preocupante, e isto se revela claramente nas turmas de 5º ano. Um exemplo claro disso é confirmado quando pedimos para alguma criança desenhar. Muitas delas ficam desesperadas por estarem habituadas a um modelo de ensino repetitivo, acostumadas a fazer apenas o que se pede. Na maioria dos casos, os alunos perguntam o que se deve fazer antes de começar a pintar ou desenhar por não terem sido orientados em anos anteriores a se expressar artisticamente. Segundo Barbosa (1998, p. 17),

[...] ensinar a gramática visual e sua sintaxe através da arte e tornar as crianças conscientes da produção humana de alta qualidade é uma forma de

prepara-las para compreender e avaliar todo o tipo de imagem, conscientizando-as de que estão aprendendo com estas imagens.

Apesar de a Arte não ter como objetivo a formação de artista, não se pode deixar de lado a questão do acompanhamento diferenciado por parte da escola aos alunos que denotam algum domínio ou talento artístico. Do modo contrário, muitos desses talentos terminam enveredando em outras áreas ou se perdendo no caminho, vindo depois, como consequência, o desencantamento deles pela arte. O professor na condição de agente mediador do conhecimento, muitas vezes, se exime da responsabilidade de propiciar de maneira convidativa, ações que leve o aluno que, possui um gênio artístico a se encontrar com seu talento, para que este possa se desenvolver e se emancipar. Ou de outro modo, subsidiar ferramentas para que o mesmo busque conhecimentos na condição de aluno pesquisador.

Quando refletimos sobre os aspectos do ensino é recorrente identificarmos escolas, exigirem que seus professores trabalhem o maior número de linguagens artísticas possíveis como exige o currículo da Educação Básica. Por outro lado, por falta de formação ou de conhecimento muitos rotulam a disciplina de mera atividade recreativa. Contudo, os professores dos anos iniciais se sentem inseguros por saber que o Ensino de Arte expressa e possui visão generalista por contemplar diversas facetas. Entre os maus entendidos e/ou interpretações errôneas sobre o ensino dessa disciplina pode-se afirmar, que os alunos não podem ser prejudicados, e que a escola deve facilitar a aprendizagem.

Outra barreira enfrentada relaciona-se com o fato de que o ensino deve ofertar quatro linguagens artísticas, ou seja, quatro eixos norteadores como assevera a nova LDB, como Teatro, Música, Artes Visuais e Dança. No entanto o que se vê é que as escolas geralmente não dispõem de espaço adequado e materiais suficientes para que se possa trabalhar da melhor maneira possível as competências e linguagens. Por outro lado, devemos lembrar que muitas escolas que trabalham com bons materiais facilitam e potencializam o ensino-aprendizagem de maneira criativa e inovadora. A utilização de novos métodos de ensino e uso de pinturas, papéis diversos, colas, pincéis, massas, fantasias, instrumentos musicais e outras ferramentas dão possibilidade para que as crianças experimentem e se expressem.

5.1 Refletindo Sobre a Formação Docente

A formação de professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental assume papel fundamental em preparar os futuros pedagogos para múltiplas situações que esta

fase apresenta ao Ensino de Arte na escola. A redação dada pela Lei nº. 13.278/16, afirma que se deve formar até 2021 professores em números suficientes para a educação básica em áreas específicas em Música, Dança, Teatro, Artes Visuais, e não como sempre se exigia, que os professores fossem polivalentes nos conteúdos artísticos do currículo nacional. Em relação à maioria ao curso de Pedagogia, segundo Barbosa (1989) os professores de arte conseguem os seus diplomas mas na maioria dos casos eles são incapazes de promover uma educação artística e estética que forneça informações históricas, compreensão de uma gramática visual e compreensiva do fazer artístico como auto-expressão.

Observa-se que a Arte-Educação tem sido, nos últimos anos e em muitas escolas, desenvolvida de forma incorreta, quando não incompleta. A questão é que, muitos professores propõem atividades muitas vezes descoladas de um verdadeiro saber artístico em relação ao que se pede na BNCC e outros documentos. Espera-se que o professor/a busque uma trajetória onde o seu método e didática trabalhe mais a questão do livre pensar, bem como o estímulo a criatividade, isso porque toda criança está apta à criatividade. Mais para que se realize um bom trabalho, é preciso que o professor tenha uma formação não só inicial, como também a continuada e de acordo as exigências do Plano Nacional de Educação (PNE).

O ensino artístico contribui para o aprimoramento da leitura de mundo, para a expressão, a criticidade, a criatividade, coordenação motora fina, raciocínio, socialização, conscientização e outras habilidades. De forma didática e aliadas a outros conteúdos, pode contribuir para reforçar as relação com outras disciplinas e ao mesmo tempo colaborar para o desenvolvimento das crianças, desde a pré-escola aos Anos Iniciais. Por aí se vê, grandes resultados a partir de bons planejamentos a disposição dos docentes, garantindo-lhes resultados expressivos dentro do contexto de um ensino que valoriza a cultura como identidade e o ser criança dentro de suas especificidades. O professor crítico-reflexivo buscará dentro do ensino, desenvolver competências e aptidão através do ensino-aprendizagem de arte.

O pedagogo, na condição de Arte-Educador, tem a função de dominar os conteúdos de arte, trabalhá-los nas aulas através de um processo dinâmico, com ênfase na autonomia criativa da criança, onde ela consiga transferir através das atividades, as suas experiências, vivências, anseios, fantasias e traumas, bem como a sua maneira de ser e estar no mundo. Por isso, a aula deve transcorrer de maneira prazerosa, sem imposições de atividade, mas através de interações com o objeto de aprendizagem. A formação do pedagogo deverá contribuir com o desenvolvimento de habilidades com ferramentas pedagógicas, manejo dos conteúdos no

sentido de formar nos educando uma consciência e um olhar crítico que lhes possibilitem um melhor entendimento e interação com os símbolos culturais e artísticos da arte.

Entender como se dá o processo da educação pela arte ou pela arte-educação deve ser um dos objetivos do pedagogo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo fato da sua complexidade nesta fase. Considerando que os primeiros riscos e traços feitos como representação pelas crianças são momentos que antecedem a fase escolar comumente chamada de grafismo ou desenhos infantis. É por assim dizer, uma pré-história da escrita que precisa de toda atenção do professor na chegada da criança nos Anos Iniciais. Seria no caso, o início da construção de sistemas de representação, que é colaborador da língua escrita. Entender as linguagens artísticas é portanto, de suma importância para que o professor consiga trabalhar os conteúdos de arte de forma dinâmica e interdisciplinar.

É importante observar que o desenho e a escrita estão intimamente ligados a um mesmo processo, o de levar a criança a entender a codificação e representação a partir de um registro. Por isso,

a professora e o professor necessitam articular condições de organização dos espaços, tempos, materiais e das interações nas atividades para que as crianças possam expressar sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no *desenho* e em suas primeiras tentativas de escrita (BRASIL, 2013, p. 93, *grifo nosso*).

É pertinente afirmar que a partir desta visão, professores sejam estimuladores não só nos Anos Iniciais, mais durante todo o Ensino Fundamental, criando condições para que a criança tenha contato com diversos materiais e ambientes em diversas situações de aprendizagem. A criança que tem esse tipo de suporte como ferramenta facilitadora, além de apresentar uma melhor socialização, certamente apresentará melhor rendimento escolar.

A arte-educação enquanto ferramenta do ensino, permitirá ao professor observar e analisar a maturidade psicomotora da criança, sua percepção, atenção, visão e outros sentidos. Da mesma forma, mensurar o nível de concentração, afetividade, conhecimento de mundo e outras potencialidades. E vai mais além, a criança associa as aulas a brincadeiras e poucas se recusam a participar. Portanto, são momentos que se espera estimular através da espontaneidade e imaginação, não só a curiosidade pelas formas e cores, como também a autoconfiança, autonomia, linguagem, pensamento, concentração e atenção, isto porque arte “[...] é interpretação, é conhecimento do mundo; é, também expressão dos sentimentos, da energia interna, da efusão que se expressa, que se manifesta, que se simboliza. Arte é movimento na dialética da relação homem-mundo” (FERRAZ; FUSARI, 2009, p. 21).

No sentido mais amplo, o chamamento para a construção e aprimoramento do Ensino de Arte é feito de modo a mostrar ao professor que trabalhar arte é ir além do que supõem os conteúdos ligados ao desenho, gravura e pintura, e outras áreas como o teatro, dança, fotografia, cinema, escultura, arquitetura, porque é polissêmico e multidisciplinar. A prioridade no momento é uma consciência voltada a valorização da arte-educação na formação dos alunos, e mostrar suas contribuições e as diversas possibilidades deste ensino para uma educação mais cidadã e democrática.

6 CONSIDERAÇÕES

Vimos, portanto, que há várias décadas o Ensino de Artes caminhou a passos lentos, e com isso vem sofrendo diversas modificações na legislação educacional. O estudo investigativo aqui apresentado revelou que é por meio da formação inicial e continuada, bem como da pesquisa que se mudará a realidade do ensino. Isso por ser pouco valorizado nos espaços escolares e, sofrer diversas resistências, um dos grandes desafios na contemporaneidade é de tornar o Ensino de Arte uma disciplina reconhecida por todos e principalmente pelos professores dos outros componentes dos Anos Iniciais. Os documentos que foram aqui apresentados mostram que o componente de Arte faz parte do escopo da legislação e das diretrizes para toda educação básica, e é nos Anos Iniciais que ele deve, através dos professores, subsidiar aprendizagens significativas para o desenvolvimento dos alunos. Por este motivo, cabe aos professores uma postura investigativa e de interesse para que o ensino atinja melhores resultados no processo de transformações pelas quais os documentos oficiais e os Arte-Educadores almejam. É portanto, a partir da formação inicial que se dará o processo de transformação do novo ensino.

É, mediante a formação continuada e novas políticas educacionais que se produzirá melhores resultados no sentido de superar as barreiras e entraves que surgem no cotidiano escolar. Por isso, sempre haverá a necessidade de se discutir o processo de ensino-aprendizagem em arte, por se considerar que o conhecimento artístico é uma forte aliado no desenvolvimento humano, histórico e cultural.

A escola deve sempre propiciar vivências em que os alunos possam aprender através de materiais artísticos em múltiplas situações, relacionando a articulação do fazer com o do representar e do exprimir como foi mostrado através do PCNs de Arte. Neste sentido, deve-se abrir o leque de cores e formas da criatividade infantil de forma autônoma, para que se possa superar algumas das barreiras e limites através de um ensino inovador, e estimular a criança nas suas várias etapas de desenvolvimento. O ensino deve garantir sempre os aspectos técnicos e inventivos, representacionais e expressivos em artes visuais e em músicas, teatro, dança, desenho, pinturas e outros como mostra a BNCC.

Em síntese, apesar de o Ensino de Arte tem recebido nos últimos anos, atenção especial pelos especialistas e Arte-Educadores. Por esse motivo, várias estratégias têm sido adotadas pelos teóricos da arte-educação para que o ensino assuma uma posição de destaque na sala de aula, impedindo que o aluno não avance sem os devidos conhecimentos que servirá para sua formação posterior.

Não podemos esquecer que os Arte-Educadores, professores e artistas do Brasil tem buscado unir forças e diálogos no sentido de desenvolver o Ensino de Arte e torna-lo mais flexível e dinâmico, de forma didática, conectando as novas descobertas no sentido de melhora-lo cada vez mais. Analisar e refletir o modelo ideal de Ensino de Arte no Brasil é entender que fazemos parte de um processo cultural de identidade que garante por sua vez, a representação e reprodução dos costumes, dos ritos, dos símbolos, das festas, como elementos essenciais a formação dos alunos. Será com a contribuição da Arte-Educação que conseguiremos construir uma educação de qualidade em nosso país. Fazendo com que os alunos conheçam mais sua cultura e com isso aumente o respeito pelo nosso povo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**: realidade hoje e expectativas futuras. In: Estudos Avançados. v. 3 n. 7 São Paulo: set/dez. 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/50103-40141989000300010>. Acesso em 27 out. 2018.

_____. Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 17 out. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria de educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, 130p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300010>. Acesso em 20 out. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículo e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acessado em: 08. nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 06. ago. 2017.

FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R.. **Arte na Educação Escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FRANGE, Lucimar Bello P. **Noêmia Varela e a Arte**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.